

ENERGISA TOCANTINS – DISTRIBUIDORA DE
ENERGIA S.A.

1ª EMISSÃO DE NOTAS PROMISSÓRIAS

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores titulares das Notas Promissórias,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 1ª Emissão de Notas Promissórias da ENERGISA TOCANTINS – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Cártula de emissão das Notas Promissórias.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos titulares das Notas Promissórias na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: ENERGISA TOCANTINS – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
- CNPJ/MF: 25.086.034/0001-71
- Atividades: (i) a produção, distribuição, transmissão e transformação de energia elétrica, destinada a qualquer fim, nos termos da legislação em vigor, para uso público e particular; (ii) o desenvolvimento de atividades de aproveitamento de energia elétrica de qualquer origem ou natureza, construindo e operando os respectivos sistemas; e (iii) a colaboração no gerenciamento da utilização dos recursos hídricos situados no território do Estado do Tocantins.

Características da Emissão

- Emissão: 1ª
- Séries: 1ª; 2ª.
- Data de Emissão (de ambas as séries): 21/12/2016
- Data de Vencimento: (i) 1ª Série: 21/12/2018; e (ii) 2ª Série: 21/12/2019
- Custodiante: Itaú Corretora de Valores S.A.
- Banco Mandatário: Itaú Unibanco S.A.
- Código Cetip/ISIN:
 - (i) 1ª Série: NC00160004N/ BRCTNSNPM000;
 - (ii) 2ª Série: NC00160004O/ BRCTNSNPM018.
- Coordenador Líder: Banco Itaú BBA S.A.
- Destinação dos Recursos: Os recursos líquidos oriundos da captação por meio da Emissão serão destinados ao reforço do capital de giro da Emissora

- Tipo de Emissão: Emissão Pública de Notas Promissórias, com garantia fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/ 83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações.

2. Alterações Estatutárias: (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE*, realizada em 29/04/2016, foi aprovada a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em virtude de deliberação de aumento do seu capital social.

Em AGE, realizada em 30/09/2016, foi aprovada a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em virtude de deliberação de aumento do seu capital social.

*Ademais, informamos que a mencionada AGE foi realizada juntamente com a AGO da Companhia.

3. Comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa: (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- A Empresa

- ➔ Atividade Principal: 35.14-0-00 - Distribuição de energia elétrica;
- ➔ Situação da Empresa: ativa;
- ➔ Natureza do Controle Acionário: privado;
- ➔ Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- Situação Financeira

- ➔ Liquidez Geral: de 1,34 em 2015 para 1,45 em 2016;

- Liquidez Corrente: de 1,52 em 2015 para 1,28 em 2016;
- Liquidez Seca: de 1,50 em 2015 para 1,26 em 2016;
- Giro do Ativo: de 0,67 em 2015 para 0,66 em 2016.

- **Estrutura de Capitais**

A Companhia apresentou redução nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 30,1% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido também apresentou redução de 26,1% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou aumento de 4,0% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Exigível a Longo Prazo redução de 10,7% de 2015 para 2016 e uma variação negativa no índice de endividamento de 11,4% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das notas promissórias no mercado:**

(Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO (de ambas as séries): R\$ 1.000.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL (de ambas as séries): não aplicável
- REMUNERAÇÃO: (i) 1ª Série: 100% do DI + 1,85% a.a.; e (ii) 2ª Série: 100% do DI + 1,95% a.a.
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR NOTA PROMISSÓRIA (2016): não houve pagamentos no período.
- POSIÇÃO DO ATIVO:

1ª Série:

Quantidade em circulação: 50
Quantidade em tesouraria: 0
Quantidade total emitida: 50

2ª Série:

Quantidade em circulação: 50
Quantidade em tesouraria: 0
Quantidade total emitida: 50

5. Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das notas promissórias realizadas no período, bem como aquisições e vendas de notas promissórias efetuadas pela Emissora: (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
- Amortização: não houve;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;
- Pagamento dos juros das notas promissórias realizados no período: não houve;
- Aquisições e vendas das notas promissórias efetuadas pela Emissora: não houve.

6. Constituição e aplicações de fundo de amortização das notas promissórias, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não aplicável.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão das notas promissórias, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão foram utilizados conforme previsto nas respectivas Cártulas.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nas Cártulas de emissão das notas promissórias: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Avalista (Energisa S.A.) obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às Notas Promissórias, a observar, entre outras obrigações, o índice financeiro previsto na cláusula 10.1.2, alínea "(n)" da(s) Cártula(s).

GRUPO ENERGISA
APURAÇÃO DE COVENANTS FINANCEIROS (R\$ mil)
4T16

Covenants	4T16
Divida Total / EBITDA	OK
Contratado	4,00 x
Apurado	2,93 x
Apuração do EBITDA	
EBITDA Ajustado	1.999.435
Apuração da Dívida	
Divida Total Líquida	5.867.910
Caixa e Equivalentes	2.700.956
Subvenção Baixa Renda	41.255
Subvenção CCC e CDE	179.547
Empréstimos e Financiamentos	
Encargos de Dívidas	57.831
Saldo de Principal de Curto Prazo	1.534.659
Saldo de Principal de Longo Prazo	6.069.233
Instrumentos Financeiros - Derivativos	250.802
Parcelamento de Impostos (Encargos Setoriais, ITAIPÚ, PIS, COFINS e demais parcelamentos)	565.344
Déficit Atuarial	311.798
Apuração do EBITDA	
EBITDA Ajustado (EBIT + Depreciação + Fundo de Pensão + Acréscimo Moratório)	
	1T16
	2T16
	3T16
	4T16
	395.729
	426.277
	588.342
	589.088

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora na Cártula de emissão das notas promissórias.

10. Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das notas promissórias: (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As Notas Promissórias da presente emissão contam com garantia fidejussória.

As Notas Promissórias são garantidas por meio de: (i) Aval, conforme previsto na(s) Cártula(s).

De acordo com as informações obtidas da Emissora, a(s) garantia(s) prestada(s) nesta Emissão permanece(m) perfeitamente suficiente(s) e exequível(is), tal como foi(ram) constituída(s), outorgada(s) e/ou emitida(s).

11. Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período: (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono atua como Agente Fiduciário na 1ª Emissão de Debêntures da ENERGISA TOCANTINS DISTRIBUIDORA DE ENERIGA S.A. (atual denominação social da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS).

Desta forma, informamos que o(s) respectivo(s) relatório(s) encontra(m)-se disponível(is) no site: <http://www.pentagonotrustee.com.br/>

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário:** (Artigo 12, alínea I, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15/12/1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de notas promissórias da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	61.020	81.732
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	78.060	147.018
Consumidores e concessionárias	6	183.810	152.608
Estoques		8.095	6.818
Tributos a recuperar	7	54.624	41.408
Ativos financeiros setoriais	9	39.438	51.121
Instrumentos Financeiros derivativos	29	-	256
Outros créditos	10	71.357	56.285
Total do circulante		496.404	537.246
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Consumidores e concessionárias	6	9.369	4.660
Tributos a recuperar	7	50.622	38.703
Créditos tributários	12	47.701	28.138
Contas a receber da concessão	13	704.017	635.021
Ativos financeiros setoriais	9	20.179	10.297
Partes relacionadas	11	109.682	98.781
Depósitos Judiciais	19	16.785	7.846
Instrumentos Financeiros derivativos	29	17.861	59.453
Outros créditos	10	5.388	4.838
		981.604	887.737
Imobilizado	14	5.240	-
Intangível	14	327.388	246.382
Total do não circulante		1.314.232	1.134.119
Total do ativo		1.810.636	1.671.365

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2016	2015
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	15	84.817	94.297
Encargos de Dívida	16	3.531	3.348
Empréstimos e financiamentos	16	130.041	79.151
Debêntures	17	-	10.284
Tributos e contribuições sociais	18	32.370	33.803
Dividendos e Juros sobre capital próprio	22.5	8.035	8.138
Obrigações estimadas		8.448	7.298
Taxa de iluminação pública arrecadada		3.849	3.312
Obrigações intra setoriais	20.1 e 20.2	28.365	19.613
Passivos financeiros setoriais	9	50.584	49.063
Incorporação de redes	20.3	9.884	13.894
Instrumento Financeiro derivativo	29	14.707	22.475
Benefícios a empregados - plano de pensão	30	315	338
Outros Passivos	21	12.010	8.855
Total do circulante		386.956	353.869
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	480.854	543.963
Debêntures	17	-	40.140
Tributos e contribuições sociais	18	14.236	1.180
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	19	59.894	52.376
Obrigações intrasetoriais	20.1 e 20.2	45.017	49.280
Passivos financeiros setoriais	9	26.541	12.861
Benefícios a empregados - plano de pensão	30	889	392
Outros Passivos	21	3.903	7.058
Total do não circulante		631.334	707.250
Patrimônio líquido			
Capital social	22.1	505.729	342.969
Reservas de capital		39.960	39.960
Reservas de lucros	22.3 e 22.4	230.643	204.244
Ajuste de Avaliação Patrimonial	22.7	17.548	23.699
Outros resultados abrangentes	22.6	(1.534)	(626)
Total do patrimônio líquido		792.346	610.246
Total do passivo e patrimônio líquido		1.810.636	1.671.365

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 2

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2016	2015 Reapresentado
Receita operacional líquida	23	1.188.448	1.125.481
Custo do serviço de energia elétrica	24	(1.006.818)	(909.085)
Lucro bruto		181.630	216.396
Despesas gerais e administrativas	24	(69.306)	(67.164)
Outras receitas	25	9.727	2.555
Outras despesas	25	(30.513)	(28.823)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		91.538	122.964
Receita financeira	26	73.354	63.174
Despesas financeiras	26	(122.740)	(99.373)
Despesas financeiras líquidas		(49.386)	(36.199)
Lucro antes dos impostos		42.152	86.765
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(22.793)	(3.051)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	19.089	(15.303)
Lucro líquido do exercício		38.448	68.411
Lucro básico e diluído ação ordinária - R\$	27	67,24	128,61
Lucro básico e diluído ação preferencial - R\$	27	67,24	128,61

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 3

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A.
Palmas - TO

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", se houver, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras, a Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A. possui créditos a receber do Governo do Estado de Tocantins nos montantes de R\$84.848 mil e R\$24.834 mil (R\$76.977 mil e R\$21.804 mil, em 2014), referentes ao programa Reluz Tocantins e ao convênio firmado para a implementação de linhas de transmissão interligando Tocantinópolis a Xambioá, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2016, devido à ausência de análises e documentação suporte que demonstrem as condições de realização do ativo, não foi possível nos satisfazerem quanto à adequação dos referidos créditos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 3.3 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia reclassificou certas transações que resultaram na reapresentação das demonstrações do resultado e do valor adicionado correspondentes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção "Base para a opinião com ressalva", se houver, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração e o balanço social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, não abrange o relatório da administração e o balanço social e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e o balanço social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estarem distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no relatório da administração e no balanço social somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” acima, não foi possível nos satisfazermos quanto à adequação dos créditos a receber pela Companhia do Governo do Estado de Tocantins e, portanto, concluir se as outras informações apresentam distorção relevante ou não com relação a esse assunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da

Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4